

# Aspectos relacionados ao RPPS

**COMISSÃO ESPECIAL – PEC 287/17 – REFORMA DA PREVIDÊNCIA**

**Brasília 16/02/2017**

## *RPPS no Brasil*

*União, incluídos todos os poderes*

*26 ESTADOS + DISTRITO FEDERAL*

*2.060 MUNICÍPIOS, incluindo todas as capitais*

<b>Ano</b>	<b>Qtde RPPS</b>
2008	1.905
2009	1.913
2010	1.936
2011	1.970
2012	1.996
2013	2.030
2014	2.040
2015	2.060

## Ajustes das Emendas Constitucionais nos RPPS

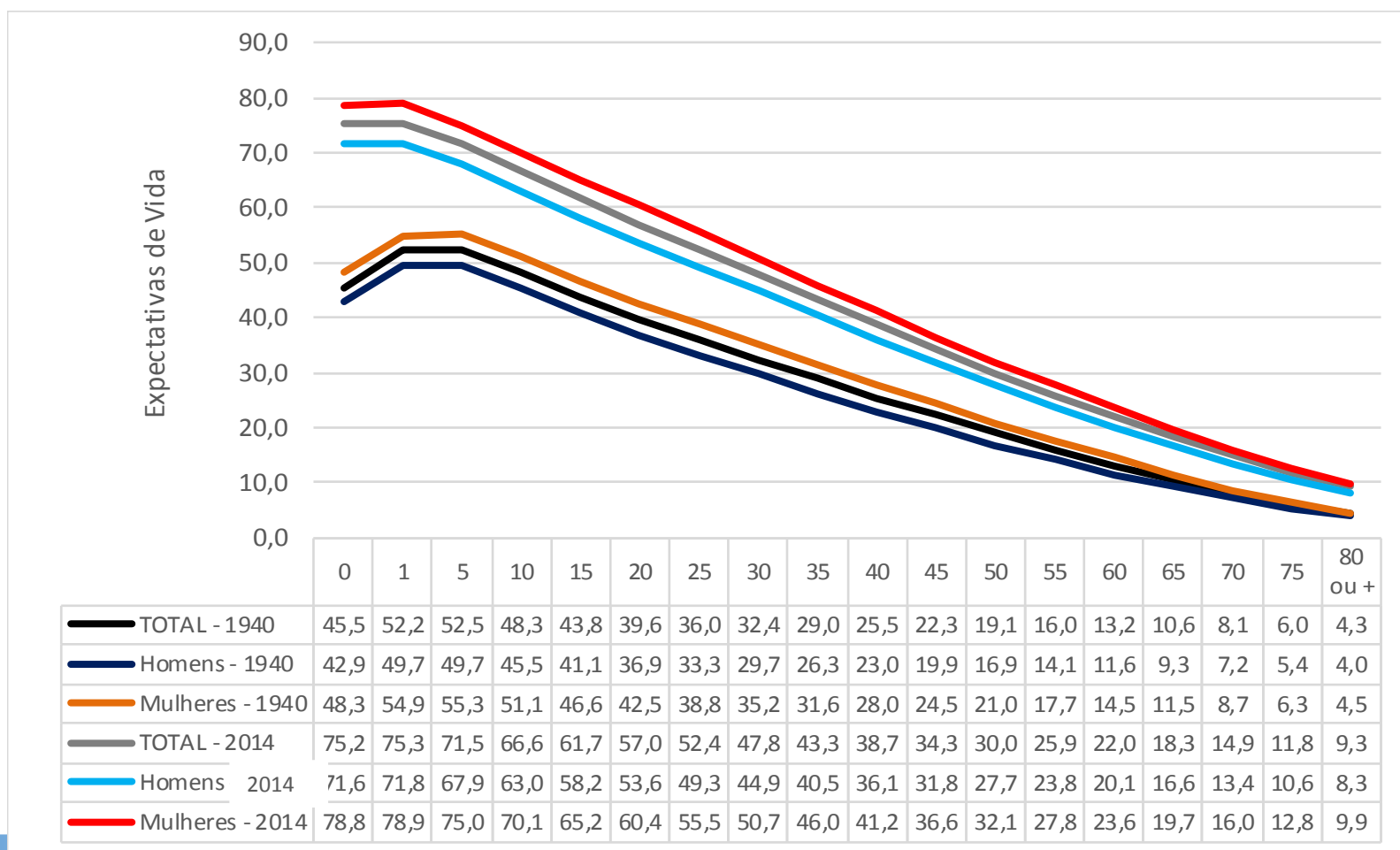
**Emenda nº 20/1998:** idade mínima para aposentadoria integral dos servidores públicos: 60 anos para homem e 55 anos para mulher; Exigência de 10 anos de serviço público e 5 no cargo ocupado; fim da acumulação de aposentadorias, bem como impossibilidade de aumento de renda quando da passagem do servidor para a inatividade; restrições à acumulação de proventos de aposentadoria com vencimentos da atividade e imposição de teto a qualquer rendimento oriundo dos cofres públicos.

**Emenda nº 41/2003:** fim da paridade e integralidade; pensão acima do teto do RGPS em 70%; contribuição dos servidores de estados e municípios não podem ser inferiores à da União; abono de permanência; equilíbrio financeiro e atuarial; aporte de ativos para cobertura do déficit.

**Emenda nº 47/2003:** fórmula 85/95

### Expectativa de Vida por Idade (em anos) e Sexo – 1940 e 2014

A expectativa de vida aumentou sensivelmente no país desde meados do século passado, movimento percebido por ambos os sexos e em todas as idades. Vale destacar o efeito da queda na mortalidade infantil, primeiro grande determinante destes resultados, seguido do avanço no saneamento básico, do aumento da escolaridade da população e da melhoria do acesso e da qualidade do sistema de saúde, dentre outros fatores.



# Expectativa de Vida do Brasileiro em 2017 por Região

Região	Nº anos de Sobrevida		Expectativa de vida	
	Aos 60 anos	Aos 65 anos	Aos 60 anos	Aos 65 anos
<b>Média Nacional</b>	<b>22,4</b>	<b>18,6</b>	<b>82,4</b>	<b>83,6</b>
Norte	20,5	17,0	80,5	82,0
Nordeste	21,2	17,7	81,2	82,7
Centro-Oeste	21,8	18,1	81,8	83,1
Sudeste	23,0	19,2	83,0	84,2
Sul	23,1	19,2	83,1	84,2

Fonte: IBGE – Tábuas de Mortalidade

## Expectativa de sobrevida

- ❑ Servidora aposentada com 55 anos de idade em 2017 terá contribuído 30 anos e irá receber aposentadoria por 28,3 anos.
- ❑ Servidor aposentando com 60 anos de idade em 2017 terá contribuído por 35 anos e irá receber aposentadoria por 20,4 anos, gerando, em média, uma pensão por cerca 9 anos, totalizando 29,2 anos de benefício.
- ❑ Professora aposentada com 50 anos de idade em 2017 terá contribuído 25 anos e irá receber o benefício por 32,6 anos.
- ❑ Professor aposentado com 55 anos de idade em 2017 terá contribuído por 30 anos e irá receber aposentadoria por 24,2 anos, gerando, em média, uma pensão por cerca 9 anos, totalizando 33,2 anos de benefício.

### Quantidade e Valor das Aposentadorias Pagas pelos RPPS da União, de Estados, DF e Municípios, segundo Sexo – 2012 a 2014 (Projeção pelos Dados Estatísticos)

- Nas esferas subnacionais, a concentração de ações nas áreas de educação, saúde e assistência social por vezes implica o uso mais intensivo de servidores e, pela natureza das ocupações e da cultura de divisão sexual do trabalho no país, principalmente de mulheres;
- Há, portanto, que se considerar o impacto financeiro e atuarial dessa sobre-representação das mulheres no setor público, onde atuarão e contribuirão por menos tempo que os homens e, adicionalmente, se aposentarão mais jovens e receberão benefícios por mais tempo, já que possuem expectativa de vida mais elevada.

RPPS de Estados, DF e Municípios											
Ano (DRAA)	Base de Dados	Quantidade de Aposentados					Folha de Aposentadoria Anual (R\$)				
		Total	Homens	(%)	Mulheres	(%)	Total	Homens	(%)	Mulheres	(%)
2012	2011	1.844.887	571.755	31%	1.273.132	69%	71.278.262.575	31.929.242.514	45%	39.349.020.061	55%
2013	2012	1.998.217	602.475	30%	1.395.742	70%	83.806.651.266	35.514.218.519	42%	48.292.432.747	58%
2014	2013	2.014.665	599.803	30%	1.414.862	70%	89.016.201.352	38.459.528.822	43%	50.556.672.530	57%
RPPS da União											
Ano	Base de Dados	Quantidade de Aposentados					Folha de Aposentadoria Anual (R\$)				
		Total	Homens	(%)	Mulheres	(%)	Total	Homens	(%)	Mulheres	(%)
2014	2013	322.455	158.738	49%	163.717	51%	27.515.883.416	14.537.318.108	53%	12.978.565.308	47%

## Déficit Atuarial dos RPPS

GRUPO	ATIVOS	APOSENTADOS	PENSIONISTAS	TOTAL	RELAÇÃO ATIVOS / APOS. + PENS.	DÉFICIT ATUARIAL (R\$ milhões)	RELAÇÃO DEFÍCIT / SEGURADOS (R\$)
UNIÃO CIVIS	840.876	418.049	263.180	1.522.105	1,2	5.087.829	3.342.627
ESTADOS/DF	2.678.043	1.442.815	490.215	4.611.073	1,4	4.760.531	1.032.413
CAPITAIS	1.204.281	425.043	130.600	1.759.924	2,2	283.964	161.350
DEMAIS MUNICÍPIOS	3.295.202	485.924	223.850	4.004.976	4,6	390.929	97.611
<b>TOTAL RPPS</b>	<b>8.018.402</b>	<b>2.771.831</b>	<b>1.107.845</b>	<b>11.898.078</b>	<b>2,1</b>	<b>10.523.253</b>	<b>884.450</b>

Fontes: DRAA e DIPR informados pelos RPPS à SPPS/MTPS; Boletim Estatístico de Pessoal da União jan/2016; LDO 2017

OBS: Déficit atuarial do Estado de São Paulo foi estimado a partir do DRAA 2014.

O déficit atuarial da União está em valores reais a valor presente sem taxa de desconto, tal qual os estados e municípios que têm segregação de massas e/ou regime não capitalizado.



## Déficit Financeiro dos Regimes de Previdência em 2015

Grupo	Ativos	Aposen- tados	Pensio- nistas	TOTAL	Relação Ativos / Apos. + Pens.	Receita (R\$ milhões)	Despesa (R\$ milhões)	Déficit financeiro (R\$ milhões)	Déficit per capita anual (R\$)
União Civis	840.876	418.049	263.180	1.522.105	1,2	29.499	69.506	40.008	58.728,87
Estados/DF	2.678.043	1.442.815	490.215	4.611.073	1,4	59.265	120.705	61.441	31.784,58
Capitais	1.204.281	425.043	130.600	1.759.924	2,2	12.486	16.011	3.525	6.343,94
Demais Municípios	3.295.202	485.924	223.850	4.004.976	4,6	18.618	13.023	-5.595	(7.882,48)
<b>TOTAL RPPS</b>	<b>8.018.402</b>	<b>2.771.831</b>	<b>1.107.845</b>	<b>11.898.078</b>	<b>2,1</b>	<b>119.868</b>	<b>219.245</b>	<b>99.379</b>	<b>25.615,28</b>
<b>RGPS (segurados)</b>	<b>71.493.806</b>	<b>18.605.259</b>	<b>7.528.504</b>	<b>97.627.569</b>	<b>2,7</b>	<b>364.742</b>	<b>453.986</b>	<b>85.818</b>	<b>3.283,80</b>

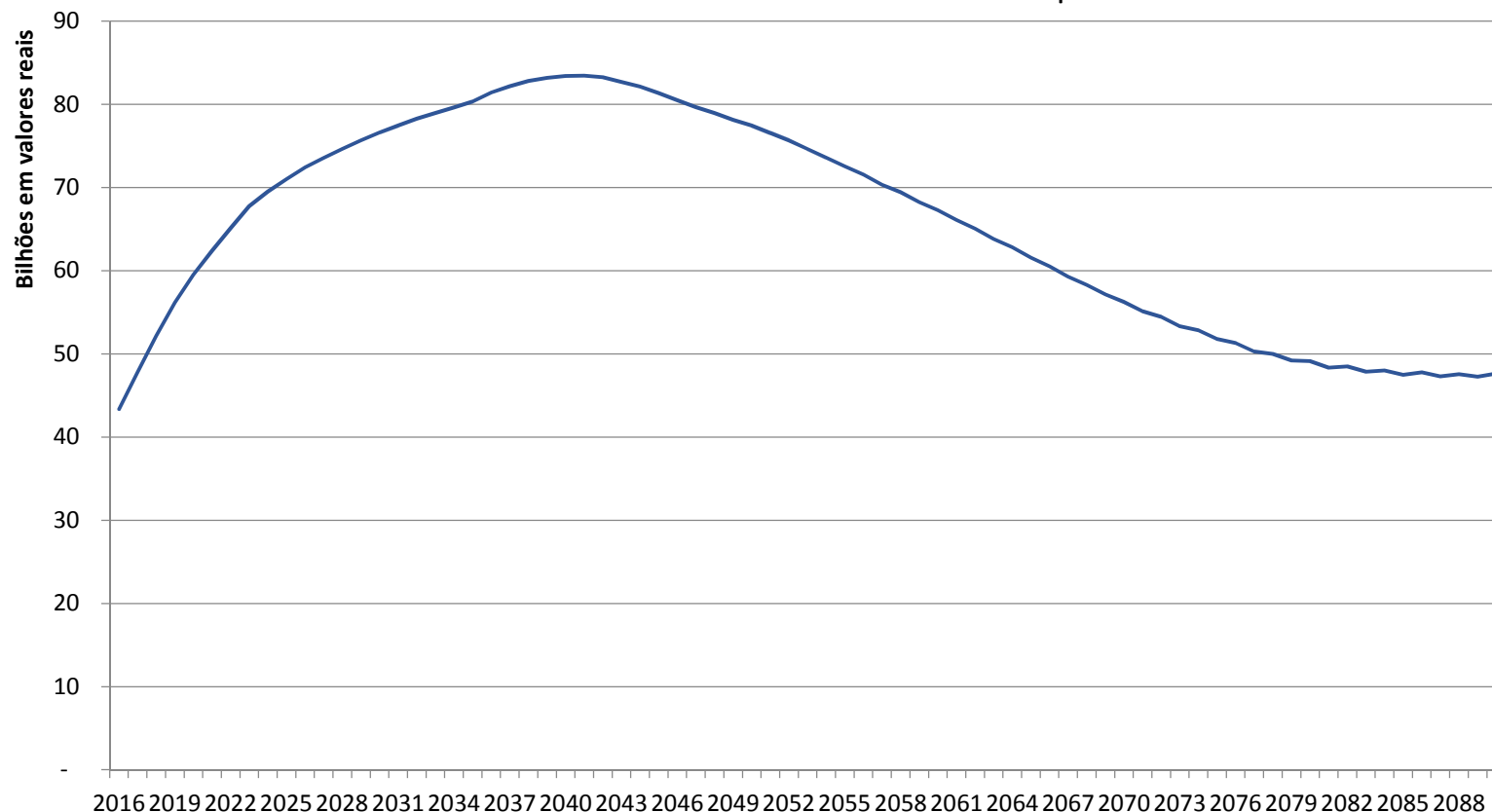
Fontes: RREO, FIMBRA e DIPR informados pelos RPPS à STN e SPPS/MF, respectivamente; Boletim Estatístico de Pessoal da União jan/2016; Anuário Estatístico da Previdência Social (AEPS) 2015

## Regime Próprio de Previdência dos servidores da União

- A União tem o RPPS mais desestruturado, dando péssimo exemplo para estados e municípios;
- Não há uma unidade gestora de previdência, cada órgão concede as aposentadorias de seus servidores e paga com seu próprio orçamento, descumprindo a determinação consagrada no parágrafo 20, do artigo 40, da Constituição Federal, e dificultando o controle;
- Não há nenhum conselho gestor da previdência da União e, conseqüentemente, nenhuma participação dos servidores na gestão de sua previdência, descumprindo o art. 10 da Constituição Federal;
- Apesar do governo federal ter implantado a contribuição dos aposentados, a arrecadação pouco contribuiu para evitar que o déficit crescesse nos últimos anos;
- Há um déficit atuarial, apenas da previdência dos civis, de cerca de R\$ 5 trilhões, com um déficit financeiro anual na ordem de R\$ 40 bilhões, descumprindo o caput do art. 40 da Constituição Federal, que determina o equilíbrio financeiro e atuarial dos RPPS;
- Toda a receita de contribuições, inclusive a patronal, cobre pouco mais de 40% da despesa com benefícios, apesar de um grande número de servidores estar em abono de permanência.

## Consultoria de Orçamento e Fiscalização Financeira

### Evolução do Déficit Financeiro do Regime Próprio da União (em valores reais) Consolidado - Todos os Poderes - Grupo Aberto



Fonte: PLDO 2017: Aposentadorias e pensões dos servidores civis.

OBS: Ajuste do Autor para a avaliação atuarial dos servidores civis da União considerando que, em média, os servidores ficam em abono de permanência por 5 anos.

OBS: A previdência complementar reduzirá substancialmente o déficit a partir de 2043, porém o mesmo se estabilizará em patamares um pouco superiores aos atuais a partir da década de 2080, não sendo capaz de zerar o déficit.

## RPPS - REGULARIDADE PREVIDENCIÁRIA

A verificação do cumprimento das normas gerais de organização e funcionamento dos RPPS é realizada pela Secretaria de Previdência Social - SPPS do MF, por meio do Certificado de Regularidade Previdenciária - CRP, exigido para que Estados, DF e Municípios tenham acesso a transferências voluntárias de recursos da União. A PEC 287 fortalece o marco normativo do CRP, para evitar que sua judicialização traga riscos para os RPPS e seus recursos, com consequências negativas no equilíbrio fiscal de toda a Federação.

<b>SITUAÇÃO CRP</b>	<b>Nº</b>	<b>%</b>
CRP ADMINISTRATIVO	1.023	49,2
CRP DECISÃO JUDICIAL	268	12,9
SEM CRP VIGENTE (*)	789	37,9
<b>TOTAL</b>	<b>2.080</b>	<b>100,0</b>
(*) Vencidos: a) até 30 dias: 113; b) de 30 dias a 12 meses: 281; c) mais de 12 meses: 395.		
Fonte: CADPREV (DRPSP/SPPS/MTPS)		Posição em 21/01/2016
<u>Observação:</u> Considera apenas Estados, Distrito Federal e Municípios, pois o CRP não se aplica à União.		

## Consultoria de Orçamento e Fiscalização Financeira

### OS “DONOS DO ORÇAMENTO em RJ, MG, RS e União

[Em % da Rec. Corr. Líquida]

	<u>SP</u>	<u>RJ</u>	<u>MG</u>	<u>RS</u>	<u>União</u>	<u>"Donos"</u>
Déficit do INSS	...	...	...	...	16,4	Segurados
Assistência social	...	...	...	...	17,4	Beneficiários
Educação	19,9	19,6	19,2	14,7	9,0	Ensino
Saúde	9,3	10,8	9,3	10,0	14,1	SUS
Poderes autônomos	5,7	13,9	14,0	11,5	7,7	Poderes
Outras vinculações(a)	<i>Ned</i>	6,7	5,0	5,3	14,7	Vários
<i>Subtotal</i>	<i>34,9</i>	<i>51,0</i>	<i>47,5</i>	<i>41,5</i>	<i>79,2</i>	
Serviço da dívida	12,0	14,2	13,2	11,7	0,0	Credores
<b>Subtotal</b>	<b>46,9</b>	<b>65,2</b>	<b>60,7</b>	<b>53,2</b>	<b>79,2</b>	[1]
<b>PRESIDENTE/GOVERNADORES</b>	<b>40,6</b>	<b>37,5</b>	<b>29,1</b>	<b>27,8</b>	<b>25,8</b>	<b>[2] Demais secr/minist</b>
Pessoal ativo	22	21,3	22,3	14,5	6,3	
<u>OCC</u>	<u>18,5</u>	<u>16,2</u>	<u>6,8</u>	<u>13,3</u>	<u>19,5</u>	
Investimento(c)	8,3	3,6	4,2	0,2	5,7	
Outros custeios	10,2	12,6	2,6	13,1	13,8	
<b>INATIVOS E PENSIONISTAS</b>	<b>19,9</b>	<b>26,1</b>	<b>34,5</b>	<b>36,1</b>	<b>15,6</b>	<b>[3] Os próprios</b>
Receita corrente líquida	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	[4]
Demais receitas	6,3	13,2	6,9	2,7	3,4	[5]
<b>BURACO(d)</b>	<b>1,1</b>	<b>15,6</b>	<b>17,4</b>	<b>14,4</b>	<b>17,3</b>	<b>[1+2+3-4-5]</b>
Buraco em R\$ bilhões	1,5	8,0	8,9	4,6	513,9	
Receita corrente líquida em R\$ bilhões	140,4	51,2	51,6	31,9	674,5	

Ned: não era disponível.

(a) Em MG e RS: PASEP, Salário-educação, SUS e convênios. Em MG: mais FAPEMIG. Na União, basicamente despesas obrigatórias tais como: FUNDEB, Desoneração, Auxílio CDE, Lei Kandir, Subsídios e subvenções.

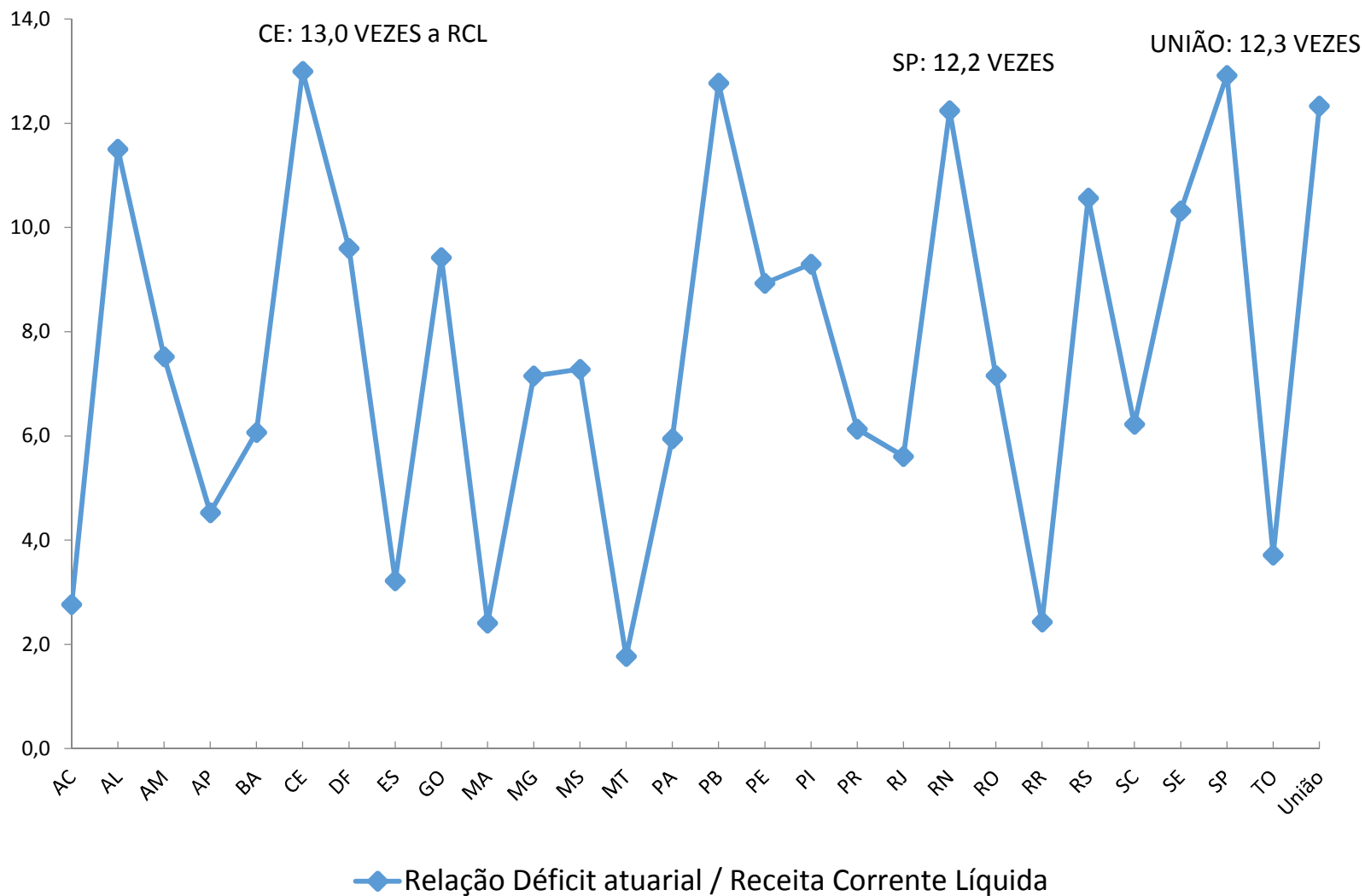
(c) Na União, exclui o Programa Minha Casa Minha Vida.

(d) Na União, o Buraco foi definido como igual ao déficit nominal calculado pelo BC.

## Regimes Próprios dos Estados – Crise e alternativas

- O déficit financeiro dos RPPS é o principal componente da crise fiscal dos Estados e aumentar muito nas duas próximas décadas.
- A suplementação que os Estados tiveram que fazer para pagar as aposentadorias e pensões dos servidores em 2015, sem contar a contribuição patronal, foi de 11,7% da Receita Corrente Líquida;
- Em 2020, mesmo considerando que a RCL tenha um crescimento real de 1,5% ao ano no período, essa suplementação aumentará para 17,0% da RCL;
- A previdência complementar apresentará um alívio apenas a longo prazo (daqui a mais de duas décadas);
- A solução passa por reduzir despesas e encontrar novas receitas e ativos “ocultos” do Estado;
- O fortalecimento do CRP, da atuação dos tribunais de contas, da governança dos RPPS e a inclusão na Constituição de normas que protejam os recursos capitalizados são de grande importância para a sustentabilidade futura dos RPPS;
- A reforma previdenciária, o aporte de ativos, a vinculação de receitas e melhoria na legislação da compensação previdenciária permitiriam uma grande redução do déficit atuarial;
- O déficit residual deveria ser coberto com alíquotas suplementares, tanto patronal quanto dos servidores, para cumprir o caput do Art. 40 da Constituição Federal, nos mesmos moldes adotados na previdência complementar.

# DÉFICIT ATUARIAL DA PREVIDÊNCIA PÚBLICA



## Consultoria de Orçamento e Fiscalização Financeira

# Déficit Financeiro dos Estados Estimado para 2015-2020

Em Milhões de Reais de dez/2014

UF	2015	2016	2017	2018	2019	2020	TOTAL	RCL2015	%RCL2015	Déficit Atuarial
AC	0,0	-164,8	-291,4	-328,5	-361,9	-393,8	-1.540,4	3.949,1	0,00%	10.926,70
AL	-589,0	-1.164,0	-1.211,6	-1.249,5	-1.294,8	-1.318,8	-8.419,4	6.311,5	-9,33%	72.623,0
AM	-721,8	-1.224,7	-1.308,2	-1.398,9	-1.487,0	-1.614,1	-9.317,6	10.998,9	-6,56%	82.738,4
AP	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	3.875,5	0,00%	17.547,9
BA	-1.842,7	-2.077,5	-2.856,8	-2.943,9	-2.994,6	-3.018,2	-19.859,8	27.207,6	-6,77%	165.170,5
CE	-1.217,8	-1.091,9	-2.515,2	-2.822,4	-3.006,9	-3.182,3	-16.308,7	15.176,4	-8,02%	197.242,1
DF	-2.593,7	-2.932,2	-3.685,3	-4.071,2	-4.321,7	-4.644,7	-27.246,7	18.461,4	-14,05%	296.996,2
ES	-1.580,5	-1.884,5	-1.978,7	-2.077,7	-2.181,5	-2.290,6	-14.093,9	11.951,5	-13,22%	38.532,1
GO	-1.441,1	-2.105,7	-2.205,7	-2.289,6	-2.415,8	-2.568,4	-15.902,7	17.361,9	-8,30%	163.594,2
MA	-473,0	-426,0	-409,8	-715,0	-1.198,0	-1.318,0	-5.457,3	10.712,3	-4,42%	25.816,1
MG	-10.065,3	-13.921,3	-14.199,7	-14.483,7	-14.773,4	-15.068,9	-95.814,8	51.643,2	-19,49%	369.408,3
MS	-526,0	-788,5	-873,0	-939,2	-1.007,0	-1.066,8	-6.287,8	8.315,4	-6,33%	60.539,3
MT	-553,6	-669,7	-727,1	-786,1	-852,0	-920,4	-5.473,0	11.636,6	-4,76%	20.579,5
PA	-2.118,2	-2.363,0	-2.454,6	-2.548,2	-2.633,3	-2.705,5	-18.693,2	16.789,9	-12,62%	99.885,0
PB	-915,3	-954,5	-1.545,2	-1.631,1	-1.711,8	-1.779,5	-10.489,4	7.973,3	-11,48%	101.824,1
PE	-1.791,2	-2.048,9	-2.206,7	-2.258,6	-2.377,1	-2.454,2	-16.503,3	19.648,4	-9,12%	175.496,5
PI	-626,2	-1.124,8	-1.195,1	-1.227,6	-1.255,7	-1.289,0	-7.570,3	6.600,1	-9,49%	61.370,4
PR	-1.872,5	-3.820,0	-4.121,8	-4.336,5	-4.540,6	-4.747,5	-29.396,8	31.807,6	-5,89%	195.026,7
RJ	-6.357,2	-8.713,5	-9.893,2	-10.359,4	-10.410,6	-10.632,5	-56.366,4	51.224,3	-12,41%	287.266,7
RN	-1.294,4	-1.753,2	-1.892,7	-2.024,7	-2.186,8	-2.331,8	-13.908,8	7.996,9	-16,19%	97.913,4
RO	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	-453,5	-453,5	5.825,1	0,00%	41.693,5
RR	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	2.824,6	0,00%	6.864,2
RS	-7.595,8	-7.747,7	-7.902,7	-8.060,7	-8.221,9	-8.386,4	-60.143,7	30.139,1	-25,20%	318.477,7
SC	-3.318,0	-3.624,4	-3.791,2	-3.939,8	-4.084,4	-4.208,8	-28.584,9	19.409,8	-17,09%	120.793,4
SE	-790,0	-822,1	-950,6	-996,5	-1.045,8	-1.091,2	-6.802,0	6.353,3	-12,43%	65.574,3
SP	-15.983,4	-17.403,9	-19.020,5	-20.569,8	-22.052,1	-23.467,8	-145.762,3	140.398,9	-11,38%	1.814.194,3
TO	0,0	-15,3	-23,9	-64,9	-107,7	-191,7	-403,5	6.304,7	0,00%	23.435,3
Total	-64.266,7	-78.842,1	-87.260,7	-92.123,6	-96.522,5	-101.144,4	-620.800,1	550.897,3	-11,67%	4.760.531,2

Fonte: DRAA apresentado pelo Ente ao MPS. Os dados de 2015 são os aportes efetivamente realizados pelos Estados. Na maioria deles foi extraído do Relatório Resumido de Execução Orçamentária (RREO), do 6º bimestre.